

Revista Filosófica de Coimbra

VOL. 1 • N.º 2 • OUTUBRO 92

MIGUEL BAPTISTA PEREIRA - *Modernidade, Fundamentalismo e Pós-Modernidade*

J. Ma. Ga. GOMEZ-HERAS - *La Naturaleza Reanimada - Del Desencantamiento del Mundo en la Racionalidad tecnológica al Reencantamiento de la Vida en la Utopia ecológica*

AMÂNDIO A. COXITO - *Ainda o Problema da Filosofia Portuguesa - Recordando Joaquim de Carvalho, no Centenário do seu Nascimento*

FRANCISCO V. JORDÃO - *Joaquim de Carvalho e Espinosa - O Acordo de Intenções no Campo político-religioso*

JOAQUIM NEVES VICENTE - *Subsídios para uma Didáctica Comunicacional no Ensino-Aprendizagem da Filosofia*

MÁRIO A. SANTIAGO DE CARVALHO - *Noção, Medição e Possibilidade do Vácuo segundo Henrique de Gand*

filosofia primeira como "ciência transcendental". Neste sentido, ele está presente ao longo de todo o texto mas aparece de forma mais explícita a partir dos capítulos dedicados a Wolff e sobretudo na conclusão (403-486) designadamente nas pp. 443-459. A última parte da monografia de Honnefelder tem por objecto a análise do conceito de metafísica em Charles S. Peirce (382-402). Peirce não se enquadra na linha de recepção do conceito escotista de metafísica que liga Duns Escoto a Wolff. Contudo, na medida em que faz uma referência explícita ao conceito escotista de "realitas" pode-se legitimamente perguntar até que ponto Peirce retoma aquele conceito de realidade e a determinação formal de entidade que lhe está associada. Esta conexão Escoto - Peirce já tinha sido explorada anteriormente por alguns estudos. Contudo, Honnefelder espera contribuir com algo de positivo para este debate fazendo uma reconstrução apoiada na investigação mais recente sobre Escoto. Assim, explora a definição da metafísica em Peirce como "theory of reality". Realidade que é definida como objecto da "definite opinion" em Peirce.

Como já salientámos, o objectivo principal da monografia de Honnefelder consiste na reconstrução crítica do projecto de uma filosofia primeira enquanto "scientia transcendens" e da compreensão da determinação formal da realidade e entidade que lhe está associada em Duns Escoto. Quem tiver um conhecimento minimamente satisfatório do texto de Escoto sabe que as proposições metafísicas nele contidas se encontram esparsas na sua obra teológica e, por isso, saberá igualmente apreciar o mérito da síntese oferecida por Honnefelder. O facto de esta problemática não se encontrar desenvolvida na bibliografia especializada para cada um dos autores citados levou o autor a desenvolver pequenas monografias sobre cada um deles a partir de um conjunto de textos relevantes para o tema. Contudo, verifica-se um esforço para não violentar o texto dos autores analisados procurando reconstruir, num primeiro momento, o ponto de partida característico de cada um dos autores. Só num segundo momento se faz a comparação crítica com o ponto de partida de Escoto detalhadamente analisado na primeira parte da obra. No capítulo final, Honnefelder resume os principais resultados da sua investigação e procura articular melhor alguns aspectos teóricos, refutar algumas críticas mais correntes às posições dos autores estudados. O tema é interessante e este estudo contribui decisivamente para explorar um possível horizonte comum às várias filosofias representadas pelos autores indicados no subtítulo a partir do qual será eventualmente viável um diálogo. Seria talvez necessário, a partir daqui, ter mais presentes as diferenças e ver até que ponto o diálogo pode ser frutuoso noutras direcções. Além de uma boa bibliografia, o texto de Honnefelder inclui um índice de citações bem como índices de temas e de nomes.

António Manuel Martins

BURNS, Linda Claire: *Vagueness. An Investigation into natural Languages and the Sorites Paradox*, Dordrecht/Boston/London, Kluwer Academic Publishers, colecção Reason and Argument volume 4, 1991, 202 págs. + xii.

Integrado numa colecção dedicada a temas de Lógica iniciada nos fins dos anos 80 na editora multinacional Kluwer, o presente livro de L. C. BURNS aborda temas e problemas semânticos que se levantam na análise das linguagens naturais. O grupo disciplinar a que pertencem as suas investigações pode considerar-se o da *Semântica das*

Linguagens Naturais. A obra divide-se em duas partes. A primeira parte (*Puzzles, Problems and Paradoxes*) investiga o conceito do vago, tal como ele surge perspectivado directa ou indirectamente em G. FREGE, B. RUSSELL, L. WITTGENSTEIN, R. CARNAP, D. DAVIDSON, D. LEWIS. A abordagem da autora não se limita ao histórico das acepções do vago e propõe-se examinar este conceito não apenas em sede semântica, mas também na pragmática, na psicológica e na ontológica. Esta parte contém três capítulos. A segunda parte (*The Sorites Paradox*) é constituída por seis capítulos. Aqui, o leitor encontrará uma aplicação do conceito do vago da primeira parte à resolução dos paradoxos semânticos que podem surgir de argumentos do tipo do Sorites. Um dos problemas básicos com que se defronta a autora é o de saber se o vago é uma característica das linguagens naturais eliminável pela via da formalização lógica ou se o vago é irreduzível à semântica lógico-formal e é, para além disso, objecto de dilucidação no uso quotidiano das linguagens naturais, na dependência de contextos válidos para interlocutores com competência linguística e comunicativa. Esta forma de apresentação da questão do vago leva a autora a encarar a abordagem pragmática como mais decisiva do que a estritamente semântica, em concordância com a posição analítica de D. LEWIS. A série argumentativa em causa no Sorites exemplifica de um modo claro a utilização do vago no encadeamento de raciocínios, que levam a conclusões inesperadas ou paradoxais.

Na primeira parte, L. C. BURNS começa por nos referir o carácter vago e impreciso do próprio conceito do vago, o que pode enunciar-se dizendo que o vago "se diz de muitas maneiras". O seu ponto de partida na tarefa de clarificação é a posição de G. FREGE, a qual pensa o vago como uma imprecisão das linguagens naturais. É como um defeito de significado (*deficiency of meaning*) que K. FINE descreve o vago. A característica distintiva deste fenómeno frente às indefinições, por exemplo, radica em que o vago se aplica aos predicados das proposições, e às condições de aplicação desses predicados a casos e objectos possíveis. Podem assumir-se duas posições teóricas a partir da constatação deste traço distintivo:

1. o vago é um fenómeno linguístico e é uma propriedade semântica de tipos de expressão das linguagens naturais (FREGE, FINE); 2. o vago resulta dos usos da linguagem, que são ou não considerados como vagos. Neste último ponto de vista, ele não é uma propriedade semântica mas sim pragmática, ou conviria dizer melhor, semântico-pragmática (F. WAISMANN, LEWIS). A atitude pragmática de D. LEWIS conduz a uma situação do vago que a autora retém: *o vago existe onde há uma multiplicidade de linguagens precisas alternativas para falantes numa comunidade* (pág. 9). Este enunciado leva implicado o pressuposto de que as linguagens naturais como códigos linguísticos são indiferentes, em si mesmas, ao vago ou não vago das expressões que os falantes possam realizar com base na sua competência linguística. Para LEWIS, o vago depende de certas convenções linguísticas originadas numa população e dos hábitos linguísticos dos falantes. O "segundo" WITTGENSTEIN abandona nas *Investigações Filosóficas* as teses de FREGE sobre o carácter defeituoso das linguagens vulgares, quanto à sua capacidade para gerar expressões com significado coerente. O acento posto por WITTGENSTEIN no uso da linguagem, viria a recobrir a intenção semântica da definição dos termos a partir da relação entre os factos do mundo objectivo e os conceitos mentais, com a ideia de que a linguagem quotidiana possui mecanismos próprios de clarificação semântico-pragmática dos termos, na dependência da conversação e do uso de regras. Mas, uma regra do uso de certos termos não pode ser entendida como uma fórmula infalível para a aplicação desses termos a todos os objectos possíveis, numa subunção mecânica.

Uma outra ordem de problemas em torno das expressões vagas aparece-nos quando ligamos a linguagem a certos estados mentais. Daqui resulta a versão psicológica do problema do vago. L. C. BURNS mostra toda a relevância da dimensão psicológica a respeito das crenças, em que o vago parece oscilar quanto a ser determinado pela natureza

da realidade psicológica ou pela expressão linguística dessa realidade: *vaga expressão de uma crença precisa ou expressão exacta de uma crença vaga?*

A referência ontológica do vago é enunciada na proposição (d) da página 14, na ideia de que *objectos, acontecimentos ou estados de coisas* no mundo podem ser vagos. A autora não se ocupa longamente com a tese do vago nas coisas e apresenta a refutação liminar de D. M. ARMSTRONG, para a qual *ser é ser determinado*. No mesmo sentido irá M. DUMMETT que afirma o carácter pouco inteligível de uma tese que defende o vago nas coisas actualmente existentes.

No ponto 1.3 do capítulo 1, a autora diferencia dois tipos, com base no que é *commonly supposed by philosophers*: 1. a variedade do vago dos "casos de fronteira" (*borderline case vagueness*), do tipo de FREGE, inerente às linguagens naturais e fonte de paradoxos; 2. o tipo das indefinições, que se funda tanto na linguagem como em fenómenos psicológicos. De um modo geral, o vago do tipo "borderline" e o vago típico das indefinições distinguem-se pelo facto de no primeiro caso existir o vago se uma proposição contiver expressões ou termos com casos de aplicação do tipo "borderline". No segundo caso o vago acontece em graus. Aqui, uma proposição é tanto mais vaga quanto maior for a extensão da sua aplicação verdadeira a casos possíveis. Em qualquer destes casos, estamos em presença de violações da Lei do Meio Excluído e do Princípio da Bivalência. O vago nestes dois tipos distingue-se ainda da ignorância (pp. 22-23). Com efeito, existem casos em que o valor de verdade de uma proposição não pode ser inteiramente determinado por falta de conhecimento objectivo do referente dessa proposição. Mas este aspecto não pode comparar-se com o conhecimento vago *actual* que eu retiro de uma proposição. Os valores de verdade referentes à aplicação de um predicado considerado vago a um caso podem, em certas circunstâncias, depender de decisões *ad hoc*, no sentido do alargamento da verdade ou falsidade para o caso em questão. A introdução de decisões *ad hoc* é um caso particular de intervenção de convenções a propósito de indeterminação semântica. Outro caso de controlo da indeterminação é possível quando ocorre a explicitação de pressuposições de *background*, no uso de certas palavras.

O capítulo 1 é decisivo na economia da obra para o esclarecimento das distinções operatórias dos outros capítulos. É por isso que têm uma grande importância as páginas dedicadas aos sentidos "forte" e "fraco" do vago, na acepção do *borderline case vagueness* (sobretudo pp. 24 e ss.). No *sentido forte do vago* do tipo "borderline", um predicado é considerado vago se a linha de demarcação entre as condições positivas, negativas e neutras da sua aplicação para casos possíveis não tiver sido estabelecida com clareza. No sentido comum do predicado "vermelho" não está disponível uma demarcação infalível entre as coisas "vermelhas" e os casos "fronteira" em que o vermelho desliza para o "laranja", por exemplo. De acordo com o sentido forte, este predicado é considerado "vago". O conceito de vago que se encontrou a propósito da posição de FREGE aproxima-se deste sentido. No *sentido fraco do vago* existe indeterminação sobre até onde se devem estender os limites de aplicação de um predicado vago. Nesta acepção, as instâncias neutras da aplicabilidade dos predicados são instâncias potenciais e meramente potenciais da extensão dos predicados. A ausência de incerteza *actual* seria um motivo suficiente para se considerar que não existe, como tal, o vago. Assim, o sentido fraco só pode considerar-se um conceito genuíno do vago se a classe neutra for considerada do mesmo modo que a extensão *actual* da incerteza quanto à aplicação do predicado.

Outro fenómeno linguístico associado e que permite atribuir toda a importância que merece o conceito de FREGE é a existência de inconsistências. O que é uma inconsistência? Uma inconsistência emerge no uso *actual* de uma linguagem natural, quando vários locutores dessa linguagem concordam com a existência de uma discordância fundamental sobre a extensão de um ou mais predicados para um caso particular do uso

desse(s) predicado(s). Os *continua* seriam determinantes a este respeito, na análise deste tipo de casos: é necessária uma certa continuidade no uso de termos para distinguir, num uso possível, quando um predicado ainda é ou deixa de ser aplicável a uma classe determinada dos seus casos eventuais. A discussão do ponto 1.7 (*The Evidence for Fregean Vagueness*) acaba por conduzir à afirmação positiva de que “*um termo é intensionalmente vago se o seu significado permite a possibilidade de casos de fronteira*” (p. 29). Mas desta conclusão vão resultar ainda algumas proposições decisivas sobre o vago no sentido de FREGE, que vale a pena agrupar: 1. onde existe o vago no sentido da semântica intensional fracassa toda a tentativa de desenhar uma linha de demarcação rigorosamente nítida da classe dos casos “borderline”, pois há sempre um suplemento de outros casos “borderline”, que não se incluíram na classe inicial e que a todo o momento podem ser descobertos. A hipótese do vago no sentido fraco é aqui questionada. 2. A existência de uma *open texture* é decisiva na aceitação do conceito fregeano-forte do vago. A *open texture* resulta da forma habitual como aprendemos os termos, a partir de casos exemplares da aplicação desses termos ou de estereótipos: “*O domínio da maior parte dos termos vulgares é adquirido em situações nas quais eles são aplicados a alguns objectos salientes, a partir dos quais o aprendiz está preparado para extrapolar para uma mais ampla classe de coisas*” (p. 29). Mas esta extrapolação é possível somente porque o sentido dos termos aprendidos se não restringe ao contexto da sua aprendizagem. Isto implica que a forma da aprendizagem não traz consigo uma regra infalível da aplicação dos predicados a casos diferentes. 3. Se a regularidade no uso da linguagem (das regras do uso dos termos) revela uma fundamentação normativa, a noção de *open texture* mostra que não possuímos regras de tal natureza, que governam o uso dos termos para todas as circunstâncias imagináveis. 4. Mesmo os termos utilizados de acordo com definições no campo das Ciências Naturais (*natural sciences*) mantêm uma margem de indeterminação, que apenas pode ser limitada por critérios extra-semânticos, como o escopo do significado de tais termos em um estádio determinado da pesquisa nessas ciências.

A legitimidade da relação entre certos usos linguísticos e certos termos nas linguagens naturais, costuma ser identificada com o *consensus* gerado nas comunidades linguísticas sobre esses mesmos significados. A ideia do *consensus* comunitário aparece como uma “necessária idealização” da inconsistência no uso actual das linguas naturais. Esta concepção foi alargada no trabalho de K. LEHRER (1984), que a autora cita (p. 33), a um conceito matemático do *consensus*, com base num tratamento das “probabilidades semânticas”. A base empírica possível para se poder falar de um comportamento discursivo (*speech behaviour*) ligado a comunidades linguísticas é a regularidade no uso de certos significados. Esta regularidade pode exprimir-se mesmo do ponto de vista estatístico. As regularidades estatísticas sobre os usos habituais podem dar, também, a indicação da natureza e frequência dos usos vagos. A autora segue aqui M. BLACK na sua proposta de um “perfil de consistência”. A apreciação quantitativa do vago pode exprimir-se concretamente por intermédio de uma função. Esta será a função de consistência da aplicação de predicados a objectos ou ocorrências e expõe-se na forma geral: $C(F, b)$, em que C designa a consistência, F o predicado e b o objecto. A quantificação exprime-se no limite m/n , em que “m” representa numa amostra de juízos, as ocorrências positivas da aplicação de “F” a “b” e “n” representa para a mesma amostra o número de aplicações de -F. A autora exemplifica com abundância as possibilidades de utilização desta fórmula. As tentativas de formalização e quantificação apenas revelam, todavia, como a noção do “falante competente” de uma linguagem natural é tão vaga e variável.

A abordagem que a obra faz das concepções pragmáticas de LEWIS tem, como frutos imediatos, as seguintes conclusões: 1. as noções no quadro da “Semântica Geral” de

LEWIS permitem uma fundamentação mais clara da ideia de linguagem comunal, do que a visão do *consensus* com base estatística; 2. permitem uma resposta ao desafio da clarificação do relacionamento entre linguagens naturais vagas e os seus modelos formais precisos e exactos; 3. a abordagem que ele fez da linguagem natural permite que o vago seja tomado "mais a sério". Segundo LEWIS, existe uma linguagem natural desde que se reúnem determinadas condições: *uma possível linguagem L é a linguagem actual de uma população P de falantes, quando eles usam L para certos propósitos comunicativos em conformidade com a convenção* (p.37). Toda a questão reside aqui em saber o que se deve entender por Convenção. O conceito de convenção possui uma relação muito estreita com a regularidade no uso. Uma convenção existe, aliás, se a ela corresponder alguma regularidade empírica. Mas uma regularidade só pode tornar-se no objecto de uma convenção, se as condições de veracidade que são válidas para ela, coexistirem com condições complementares de veracidade em outra linguagem, mas de um modo alternativo. Depois de analisar em 2.3 as teses de LEWIS sobre a convenção, a autora aborda em 2.4 a tese de D. DAVIDSON sobre a relação entre as teorias semânticas e a teoria da verdade. O capítulo 3 destina-se, em larga medida, à apreciação da importância da aplicação dos valores de verdade à questão do vago.

Na parte II da obra sobre o Sorites, L. C. BURNS analisa, entre outras, as teses de M. DUMMETT e de C. WRIGHT. Estas teses afirmam que se as linguagens naturais são estruturalmente alicerçadas no uso de asserções e de predicados vagos, isso se deve a uma característica interna e não a uma ignorância de teorias semânticas que lhes seriam aplicáveis, no sentido de as purificar do vago, da incoerência e do paradoxo. O Sorites não poderia pura e simplesmente resolver-se, como paradoxo lógico, no quadro das inconsistências essenciais das linguagens naturais. DUMMETT e WRIGHT parecem ambos concordar em que é impossível afastar o vago das linguagens naturais. Resumidamente, os argumentos destes dois autores ou levam à admissão do sentido fregeano do vago (sentido forte) e, desde logo, à impossibilidade de resolver as séries argumentativas do Sorites; ou à tese de que não há expressões genuinamente vagas. Aqueles autores, se concordam com a posição de FREGE sobre o vago como fonte de incoerência, dele discordam quando se trata de impôr a sua liquidação, em nome da univocidade do significado. DUMMETT reafirma de um modo claro a tensão que existe entre as posições de FREGE e WITTGENSTEIN a propósito do vago como fonte de incoerência. Neste passo, a autora reconhece a sua concordância com a atitude de WITTGENSTEIN, no sentido de que a linguagem de todos os dias possui uma profunda coerência semântico-pragmática, não obstante a presença do vago. Coerência não significará, portanto, univocidade.

No Sorites, o princípio da série argumentativa é uma proposição cujo predicado deve poder aplicar-se a uma corrente contínua de proposições até à conclusão. O Sorites traduz-se numa aplicação contínua de um predicado vago numa série argumentativa. De acordo com o capítulo que conclui o presente livro (especialmente 9.2, pág. 177), o Sorites implica casos do vago no sentido fregeano, quer dizer, ele ocorre quando certos termos vagos se aplicam a um discurso, sem que seja possível traçar uma linha de demarcação entre aplicações incorrectas e correctas do mesmo termo, no sentido de aplicações a casos do tipo "borderline". Uma das questões que se pode colocar a respeito da aplicabilidade em série do termo vago é a de saber qual o limiar de autenticidade e veracidade da aplicação, isto é, qual a última proposição no interior da série, para a qual é correcto aplicar certo termo (p.181). A autora defende a importância da relação entre contexto, observador e interlocutor na determinação desta legitimidade. Assim, a opção pelo uso de um termo a respeito de um novo membro da série no Sorites, depende não somente do relacionamento entre conceito mental e estado de coisas objectivo, como mais decisivamente da opção por parte dos falantes de modalidades de uso determinadas e

precisas dos mesmos termos em diferentes facetas da linguagem de uma comunidade linguística. Este entendimento dos problemas semânticos que se levantam no quadro do Sorites, não é um entendimento semântico mas pragmático. É nesta direcção que a autora orienta as suas conclusões.

Edmundo Balsemão

THOMPSON, Janna: *Justice and World Order*, London/New York, Routledge, 1992, 211 páginas.

Os acontecimentos políticos mundiais mais recentes, que abalaram as crenças das gerações da Guerra Fria e da divisão do mundo em blocos, colocaram problemas ao homem comum, ao jornalista, ao historiador; ao jurista e ao político; ao economista e ao sociólogo; tal como ao físico preocupado com o alcance industrial-militar das suas pesquisas, e ao biólogo interessado nos graves problemas ecológicos. Mas, o grau em que estes acontecimentos perturbaram os filósofos é tão variável, quanto é diferente o alcance que eles atribuem à sua própria actividade teórica.

O livro de Janna Thompson deve contar-se no número daquelas obras em que o interesse pela Filosofia é tomado como indício de empenhamento na inteligibilidade de tudo o que ocorre. Mas, ao mesmo tempo, mantém tal interesse no domínio da mais rigorosa exigência teórica e argumentativa. As "relações internacionais" constituem o objecto imediato da obra, no que se pode considerar um excelente texto de introdução ao agrupamento disciplinar que se designa sob este título comum. Todavia, a intenção filosófica da autora acaba por recobrir este domínio de investigação das pesquisas político-jurídico-sociológicas com temas filosóficos iniludíveis, do ponto de vista da tradição da Filosofia política, como são os da Justiça, da Comunidade Universal, da Paz, da Soberania, da Democracia; do Cosmopolitismo e do Nacionalismo; da Comunidade e da Sociedade. A intenção filosófica aparece também ao leitor numa perspectiva histórica, nas abordagens dos autores que a autora considera fundamentais: Hobbes, Locke, Rousseau, Fichte, Hegel, Marx e Rawls.

O livro divide-se em duas partes, que coincidem com duas modalidades diferentes da aproximação ao mesmo género de problemas: parte I "De um ponto de vista cosmopolita" e parte II "De um ponto de vista comunitário". A parte I contém cinco capítulos e a parte II quatro. A Introdução e o capítulo 6 da parte II conheceram versões anteriores, publicadas em revistas da especialidade.

Qual é o problema nuclear da presente obra? O de dar resposta às condições de possibilidade da justiça na ordem internacional. As diferentes questões que começam a abrir-se a partir desta sugestão genérica vão todas elas agrupar-se, como é natural, num conceito de Justiça "doméstico", que é, já por si, um conceito atormentado. Contudo, J. Thompson segue, no geral, a concepção dos "dois princípios da justiça", tal como foram enunciados na obra de J. Rawls, *A Theory of Justice* (1971). Rawls foi particularmente incisivo no seu enunciado (cf. *A theory of Justice*, 1. 2. § 11). O primeiro princípio: *cada pessoa deve ter um direito igual ao sistema o mais extenso de liberdades de base iguais para todos, que seja compatível com o mesmo sistema para os outros*. O segundo princípio: *as desigualdades sociais e económicas devem ser organizadas, de tal modo que, ao mesmo tempo; a) se possa razoavelmente esperar que sejam vantajosas a cada um e b) que se relacionem com posições e funções abertas a todos*. Estes dois princípios são, para Rawls, particularizações de uma concepção mais geral da justiça: